

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.553 - SP (2019/0114115-7)**

RECORRENTE : ALEXANDRE FEITOSA DE OLIVEIRA  
RECORRENTE : GLEISON FERREIRA DA SILVA  
RECORRENTE : RAFAEL DONIZETI DE SOUZA MACHADO  
RECORRENTE : NELSON DE FARIA CORADELLO  
RECORRENTE : CÉSAR AUGUSTO ARAÚJO DOS SANTOS  
RECORRENTE : FERNANDO DE MELO SOUZA  
RECORRENTE : DOUGLAS HENRIQUE DOS REIS  
RECORRENTE : QUELI CRISTINA CAMARINHA PAGOTTO  
RECORRENTE : LEONARDO PEDRO DE LIMA  
RECORRENTE : EVERTON APARECIDO DIAS DE BARROS  
RECORRENTE : ROADLI DA SILVA ALMEIDA  
RECORRENTE : DIOGO SERGIO CABRERA  
RECORRENTE : CLEONICE NUNES  
RECORRENTE : ODIRLEI FUZETI DA SILVA  
RECORRENTE : ADRIANO RODRIGUES DA SILVA  
RECORRENTE : IVAN LEANDRO DE MORAES  
RECORRENTE : RENILDO DA SILVA OLIVEIRA  
RECORRENTE : DENISA QUIRINO DE ALMEIDA  
RECORRENTE : JOSE FRANCISCO DE SOUZA NETO  
RECORRENTE : RODRIGO ROBLES  
RECORRENTE : JOSE CARLOS PEREIRA DA SILVA  
RECORRENTE : LUCI OLIVEIRA PRADO  
RECORRENTE : ANDERSON LUIZ RODRIGUES VALENTE  
RECORRENTE : RODRIGO DE OLIVEIRA SANTOS  
RECORRENTE : ROSANA BATISTA DOS SANTOS ANDRADE  
RECORRENTE : MARIA LUISA PEREIRA  
RECORRENTE : EDILEIDE ANGELICA MACARIO  
RECORRENTE : ADILSON PEDRO DOS SANTOS  
RECORRENTE : CLAUDIA REGINA FAVARO  
RECORRENTE : ANDERSON DA SILVA CERQUEIRA  
ADVOGADO : ANA CRISTINA ASSI PESSOA WILD VEIGA - SP196179  
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : DANIELA FERNANDES ANSELMO GONÇALVES  
RODRIGUES E OUTRO(S) - SP172740  
AGRAVADO : ALEXANDRE FEITOSA DE OLIVEIRA  
AGRAVADO : GLEISON FERREIRA DA SILVA  
AGRAVADO : RAFAEL DONIZETI DE SOUZA MACHADO  
AGRAVADO : NELSON DE FARIA CORADELLO  
AGRAVADO : CÉSAR AUGUSTO ARAÚJO DOS SANTOS  
AGRAVADO : FERNANDO DE MELO SOUZA  
AGRAVADO : DOUGLAS HENRIQUE DOS REIS  
AGRAVADO : QUELI CRISTINA CAMARINHA PAGOTTO  
AGRAVADO : LEONARDO PEDRO DE LIMA

# Superior Tribunal de Justiça

AGRAVADO : EVERTON APARECIDO DIAS DE BARROS  
AGRAVADO : ROADLI DA SILVA ALMEIDA  
AGRAVADO : DIOGO SERGIO CABRERA  
AGRAVADO : CLEONICE NUNES  
AGRAVADO : ODIRLEI FUZETI DA SILVA  
AGRAVADO : ADRIANO RODRIGUES DA SILVA  
AGRAVADO : IVAN LEANDRO DE MORAES  
AGRAVADO : RENILDO DA SILVA OLIVEIRA  
AGRAVADO : DENISA QUIRINO DE ALMEIDA  
AGRAVADO : JOSE FRANCISCO DE SOUZA NETO  
AGRAVADO : RODRIGO ROBLES  
AGRAVADO : JOSE CARLOS PEREIRA DA SILVA  
AGRAVADO : LUCI OLIVEIRA PRADO  
AGRAVADO : ANDERSON LUIZ RODRIGUES VALENTE  
AGRAVADO : RODRIGO DE OLIVEIRA SANTOS  
AGRAVADO : ROSANA BATISTA DOS SANTOS ANDRADE  
AGRAVADO : MARIA LUISA PEREIRA  
AGRAVADO : EDILEIDE ANGELICA MACARIO  
AGRAVADO : ADILSON PEDRO DOS SANTOS  
AGRAVADO : CLAUDIA REGINA FAVARO  
AGRAVADO : ANDERSON DA SILVA CERQUEIRA  
ADVOGADO : ANA CRISTINA ASSI PESSOA WILD VEIGA - SP196179

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ALEXANDRE FEITOSA DE OLIVEIRA E OUTROS com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, e de agravo interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal.

Na origem, Alexandre Feitosa de Oliveira e outros ajuizaram ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), em setembro de 2016, tendo como objetivo o recálculo dos vencimentos de cada autor com sua conversão para a URV, nos meses de março a junho de 1994, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.880/94.

Após sentença que julgou improcedente os pedidos, foi interposta apelação, que teve seu provimento parcialmente concedido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ficando consignado os servidores que ingressaram no serviço público após 1994 não têm direito a eventuais diferenças decorrentes da conversão em URV.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

APELAÇÃO - Servidores públicos estaduais ativos Litispendência -

# *Superior Tribunal de Justiça*

Art. 301, V, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC - Ocorrência - Extinção do feito para uma coautora sem apreciação do mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC - Vencimentos - Conversão em URV - Artigo 22 da Lei nº 8.880/94 - Prescrição da pretensão à causa (fundo do direito) não verificada Artigo 22 da Lei nº 8.880/94, aplicável apenas para os servidores que ingressaram no serviço público até março de 1994 Ingresso de coautores nos quadros da Polícia Militar após a edição da Lei nº 8.880/94 - Ausência de direito à conversão - Improcedência do pedido - Coautores que não receberam seus vencimentos em URV - Prescrição da pretensão aos efeitos (das prestações vencidas antes do quinquênio antecedente à propositura da ação) - Viabilidade das diferenças remuneratórias reclamadas, anotado o trato sucessivo da relação funcional e a observância da Súmula nº 85 do E. STJ - Correção monetária e juros de mora devidos, observado o respeito à Lei nº 11.960/2009 e à orientação do E. STF - Sentença de improcedência da demanda mantida, por fundamentação diversa, para parte dos coautores que ingressaram no serviço público ativo após março de 1994 - Maduro o feito para o julgamento de mérito, reforma-se a r. sentença de improcedência para os coautores remanescentes, com decreto da procedência da demanda, e liquidação futura, e nela observando, inclusive, o RE 561.836 (STF) - Realinhamento dos efeitos econômicos da sucumbência - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, com observação.

1. Não recebidos os vencimentos em URV, a considerar seu ingresso no serviço público ativo após março de 1994, o servidor público não tem direito algum a eventuais reflexos por errônea conversão do plano monetário correlato.

2. Pretensão à diferença de vencimentos por decorrência de conversão em URV, na forma do art. 22 da Lei nº 8.880/94, a partir de 1º de março de 1994, não afeta a causa ou o fundo do direito à remuneração, pois fundada em lei nacional de ordem monetária, sem inovação substancial alguma da situação jurídica funcional, observada a prescrição quinquenal das prestações vencidas antes da propositura da ação (Súmula nº 85 do E. STJ).

3. Conversão de vencimentos em URV, a partir de 1º de março de 1994, é imperativo legal de ordem pública e projeção futura no cálculo remuneratório, por aplicação de lei nacional (Lei nº 8.880/94, art. 22), destinada aos entes da federação e, portanto, em favor de todas as categorias de servidores públicos; todavia, este direito favorece apenas quem ingressou no serviço público até março de 1994, observada, ainda, a atenção ao RE 561.836 (STF) na fase de liquidação.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, ALEXANDRE FEITOSA DE OLIVEIRA E OUTROS interpuseram recurso especial, apontando violação do art. 22 da Lei nº 8.880/94, bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta que as diferenças decorrentes da conversão dos vencimentos para URV são devidas a todos os servidores, independentemente da data de ingresso no serviço público.

Defende, ainda, que a apuração de eventuais perdas remuneratórias somente poderá ser verificada na fase de liquidação de

# Superior Tribunal de Justiça

sentença.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso foi admitido.

A FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 1.022 do CPC/15; 3º do Decreto nº 20.910/32; e 22 da Lei nº 8.880/94; bem como divergência jurisprudencial.

Defende que:

O v. acórdão, em resposta aos Embargos de Declaração opostos pela Recorrente foi rejeitado, pois a Col. Turma alega não existir qualquer omissão, contradição ou obscuridade, vez que se está frente ao livre convencimento do julgador, que proferiu seu entendimento com base nas normas e julgados que mais entendeu adequado ao caso. (fl. 292)

No mérito, sustenta, em síntese, que a pretensão autoral está prescrita, uma vez que as carreiras em debate foram reestruturadas pela Lei Estadual nº 8.989/94 e pelas Leis Complementares Estaduais nº 795/95, 957/04 e 975/05.

Por fim, sustenta que os autores não demonstraram a ocorrência de prejuízo decorrente da alegada conversão errônea.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula nº 7/STJ, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

Parecer do MPF pelo desprovimento do agravo em recurso especial interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo e pelo provimento do recurso especial interposto por Alexandre Feitosa de Oliveira e outros.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

RECURSO ESPECIAL DE ALEXANDRE FEITOSA DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

OLIVEIRA E OUTROS

É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto ao entendimento de que é devida aos servidores públicos, sejam federais, estaduais, distritais ou municipais –, mesmo aos que ingressaram posteriormente à edição da Lei n. 8.880/1994 –, a conversão de seus vencimentos em URV.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. APLICAÇÃO DA LEI 8.880/1994. REAJUSTE DE 11,98%. INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO POSTERIOR AO ADVENTO DA LEI 8.880/1994.

1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os servidores públicos, sejam federais, estaduais, distritais ou municipais, têm direito à diferença decorrente da conversão de seus vencimentos em URV, a ser calculada com base na Lei 8.880/1994, devendo, para tanto, ser considerada a data do efetivo pagamento.

2. É, também, firme a jurisprudência do STJ no sentido de que a diferença relativa à conversão de cruzeiros reais em URV é devida inclusive àqueles servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei 8.880/1994, de modo que a data de ingresso no serviço público não afeta o direito do servidor à revisão geral de seus vencimentos e correspondentes efeitos.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.539.799/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/10/2015, DJe 3/2/2016)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. REAJUSTE DE VENCIMENTOS. CONVERSÃO. URV. INGRESSO APÓS A EDIÇÃO DA LEI N. 8.880/94. AUSÊNCIA DO EXIGIDO REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. POSICIONAMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR.

I - Este Colendo Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que, tal como se dá no recurso fundado na letra 'a' do inciso III do art. 105 da CF/88, o especial interposto pela alínea 'c' do permissivo constitucional também deve atender à exigência do prequestionamento, pois é impossível haver divergência sobre determinada questão federal se o Acórdão recorrido sequer chegou a emitir juízo acerca da matéria jurídica. (AgRg no AREsp 423.194/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 10/12/2013).

II - Firmou esta Corte Superior entendimento segundo o qual a diferença relativa à conversão de cruzeiros reais em URV é devida inclusive àqueles servidores empossados em momento posterior ao advento da Lei nº 8.880/94, de modo que a data de ingresso no serviço público não afeta o direito do servidor à revisão geral de seus vencimentos e correspondentes efeitos (AREsp 416638, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Monocrática, DJ de 4/4/2014).

III - Agravo regimental improvido.

# Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no REsp 1.124.645/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/4/2015, DJe 27/4/2015)

No mais, é firme o entendimento neste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. URV. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LIMITAÇÃO. PRESCRIÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO FINAL DO PAGAMENTO. SÚMULAS 7/STJ E 280/STF. APURAÇÃO DA DEFASAGEM REMUNERATÓRIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

1. O aresto recorrido não destoa da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que, conquanto seja vedada a compensação de perdas salariais com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

2. Noutro giro, firmou-se o entendimento de que, nas ações que tratam de diferenças salariais decorrentes da conversão da moeda em URV, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 20/03/2014, DJe 26/03/2014).

(...)

4. No mais, "somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa" (AgRg nos EDcl no REsp 1237530/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Segunda Turma, julgado em 29/05/2012, DJe 13/06/2012 ) 5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1318602/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 09/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. URV. ALEGADO CARÁTER INDEVIDO DE NOVA CONVERSÃO. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. NÃO DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS INERENTES À CONFIGURAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.

1. De início, o entendimento do acórdão recorrido está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual a prescrição, no caso, atinge somente as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nas relações jurídicas de trato sucessivo, quando a Fazenda Pública não tiver negado o próprio direito pleiteado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. Verifica-se, ainda, que o decidido pelo Tribunal de origem não destoia do entendimento firmado pelo STJ, no julgamento do REsp 1.101.726/SP, sob o regime dos recursos repetitivos, de que "é obrigatória a observância, pelos Estados e Municípios, dos critérios previstos na Lei Federal nº 8.880/94 para a conversão em URV dos vencimentos e dos proventos de seus servidores, considerando que, nos termos do artigo 22, VI, da Constituição Federal, é da competência privativa da União legislar sobre o sistema monetário" (STJ, REsp 1.101.726/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Terceira Seção, DJe 14/8/2009).

3. Outrossim, ao contrário do sustentado pelo recorrente, o acórdão recorrido está em consonância também com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que, nas ações que tratam de diferenças salariais decorrentes da conversão da moeda em URV, "conquanto seja vedada a compensação de perdas salariais com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores" (AgInt no REsp 1.559.028/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/8/2017).

4. E, ainda, que a existência de eventual prejuízos com a conversão de Cruzeiro Real para URV ou da efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos deve ser apurada em liquidação de sentença.

5. Por fim, para acolher os argumentos da parte recorrente seria imprescindível reexaminar os fatos da presente causa, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

6. Igualmente, não se pode conhecer do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois, além da incidência do mesmo óbice sumular, a parte recorrente não realiza o necessário cotejo analítico, bem como não apresenta, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementa, não foram demonstradas as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma.

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1744439/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/11/2018)

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Em relação à alegada violação do art. 1.022, II, do CPC/15, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, fazendo-o de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula.

Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/15 atrai o comando do Enunciado Sumular n. 284/STF,

# Superior Tribunal de Justiça

inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

Sobre o assunto, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. IMPOSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA N. 284/STF.

I - Não se conhece do recurso especial com alegação genérica de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF. Necessidade de reexame de fatos e provas para modificar o entendimento do Tribunal de origem quanto à regularidade da dissolução da sociedade empresária.

Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

II - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 962.465/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 19/4/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CSLL. MAJORAÇÃO DE ALÍQUOTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. A genérica alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissa, contraditório ou obscuro, atrai o óbice da Súmula 284 do STF.

2. É vedada a análise das questões que não foram objeto de efetivo debate pela Corte de origem, estando ausente o requisito do prequestionamento. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. Quanto à elevação da alíquota da CSLL, o aresto recorrido está em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior, que considera que a Instrução Normativa n. 81/99 não desbordou dos limites da MP 1.807/99.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 446.627/RJ, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 17/4/2017.)

No mais, está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento norteador pelo STF (RE n. 561.836 RG-RN) de que, embora não seja possível compensação de perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, é cabível a limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ART. 1.040, INCISO II, CPC/2015. ADMINISTRATIVO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS EM URV. POSTERIOR REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. LEI Nº 9.421/96. LIMITAÇÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF (RE 561.836/RN). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I - O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 561.836/RN (com repercussão



# Superior Tribunal de Justiça

geral), adotou entendimento segundo o qual o percentual, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão em URV, não representa aumento, mas mero reconhecimento do cálculo indevido no momento da conversão, não podendo assim ser abatido ou compensado em razão de aumentos remuneratórios supervenientes.

II - Igualmente fixado pelo Supremo Tribunal Federal data para o término de tal incorporação, qual seja, "momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção *ad aeternum* de parcela de remuneração por servidor público" (RE nº 561.836 RG-RN).

III - Em juízo de retratação, acolhe-se o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no RE nº 561.836-RN. Recurso Especial parcialmente provido, em sede de juízo de retratação.

(REsp 1.160.043/SP, Relator Ministro Felix Fischer, DJ 12/12/2017, DJe 1º/02/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, concluiu a Corte de origem que os recorrentes não demonstraram prejuízos financeiros na conversão para URV dos seus salários. Rever o entendimento do Tribunal a quo implica abrir reexame do contexto fático-probatório dos autos. Incidência, na hipótese, da Súmula 7 do STJ.

2. Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora impossível compensar perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, cabe limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrentes de reestruturação na carreira dos servidores.

3. A controvérsia em exame remete à análise de Direito local (Leis Complementares Estaduais 836/1997 e 888/2000), revelando-se incabível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.

4. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.703.978, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, julgamento 7/12/2017, DJe 19/12/2017).

Ocorre que, na hipótese, considerando que o Tribunal de origem não apontou pela existência de qualquer reestruturação de carreira, não é possível analisar o pleito recursal quanto à Lei Estadual nº 8.989/94 e às Leis Complementares Estaduais nº 795/95, 957/04 e 975/05, que, segundo o recorrente teriam promovido a aludida reestruturação.

# Superior Tribunal de Justiça

Incide, à hipótese, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”

Nesse diapasão, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. REAJUSTE VENCIMENTAL. CONVERSÃO DA MOEDA. UNIDADE REAL DE VALOR - URV. LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. INOCORRÊNCIA. PARCELAS DE TRATO SUCESSIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 85/STJ. PRECEDENTES DO STJ. DEFASAGEM SALARIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. LIMITAÇÃO TEMPORAL. REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA. POSSIBILIDADE. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "A". DISSÍDIO PRETORIANO PREJUDICADO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

1. Trata-se de ação em que os recorrentes, todos servidores públicos, ingressaram em juízo objetivando o recálculo dos seus vencimentos e proventos, convertendo-os para a URV a partir do mês de março de 1994, conforme estabelecido no artigo 22 da Lei 8.880/94.

(...)

6. A controvérsia em exame remete à análise de Direito local (Lei Complementar Estadual 836/1997), revelando-se incabível a via recursal especial para rediscussão da matéria, ante a incidência da Súmula 280 do STF.

7. Assinale-se, por fim, que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

8. Recurso Especial não conhecido.

(STJ, REsp 1.653.048/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 18/4/2017)

Nada obstante, ainda no tocante à alegada limitação à reestruturação das carreiras, conquanto o Tribunal *a quo* não tenha feito referência a existência de lei estadual que tenha promovido a reestruturação das carreiras dos servidores estaduais, o tema é pacífico na jurisprudência, a se fazer a ressalva de que eventual reestruturação, acaso ocorrida, deverá ser considerada no momento da liquidação, consoante decidiu o Supremo Tribunal Federal: STF, Tribunal Pleno, RE 561836/RN, relator Ministro Luiz Fux, DJe 10/2/2014.

EMENTA: 1) Direito monetário. Conversão do padrão monetário: Cruzeiro Real em URV. Direito aos 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, e a sua incorporação. Competência privativa da União para legislar sobre a matéria. Art. 22, inciso VI, da Constituição da República. Inconstitucionalidade formal da lei estadual nº 6.612/94 que regula o tema da conversão do Cruzeiro Real em URV. 2) O direito ao percentual de 11,98%, ou do índice decorrente do processo de liquidação, na remuneração do servidor, resultante da equivocada conversão do Cruzeiro Real em URV, não

# *Superior Tribunal de Justiça*

representa um aumento na remuneração do servidor público, mas um reconhecimento da ocorrência de indevido decréscimo no momento da conversão da moeda em relação àqueles que recebem seus vencimentos em momento anterior ao do término do mês trabalhado, tal como ocorre, verbi gratia, no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário por força do art. 168 da Constituição da República. 3) Consectariamente, o referido percentual deve ser incorporado à remuneração dos aludidos servidores, sem qualquer compensação ou abatimento em razão de aumentos remuneratórios supervenientes. 4) A limitação temporal do direito à incorporação dos 11,98% ou do índice decorrente do processo de liquidação deve adstringir-se ao decurso na ADI nº 2.323-MC/DF e na ADI nº 2.321/DF. 5) O término da incorporação dos 11,98%, ou do índice obtido em cada caso, na remuneração deve ocorrer no momento em que a carreira do servidor passa por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. 6) A irredutibilidade estipendial recomenda que se, em decorrência da reestruturação da carreira do servidor, a supressão da parcela dos 11,98%, ou em outro percentual obtido na liquidação, verificar-se com a redução da remuneração, o servidor fará jus a uma parcela remuneratória (VPNI) em montante necessário para que não haja uma ofensa ao princípio, cujo valor será absorvido pelos aumentos subsequentes. 7) A reestruturação dos cargos no âmbito do Poder Judiciário Federal decorreu do advento da Lei nº 10.475/2002, diploma legal cuja vigência deve servir de termo ad quem para o pagamento e incorporação dos 11,98% no âmbito do referido Poder. 8) Inconstitucionalidade. 9) Recurso extraordinário interposto pelo estado do Rio Grande do Norte conhecido e parcialmente provido, porquanto descabida a pretensa compensação do percentual devido ao servidor em razão da ilegalidade na conversão de Cruzeiros Reais em URV com aumentos supervenientes a título de reajuste e revisão de remuneração, restando, por outro lado, fixado que o referido percentual será absorvido no caso de reestruturação financeira da carreira, e declarada incidenter tantum a inconstitucionalidade da Lei nº 6.612, de 16 de maio de 1994, do estado do Rio Grande do Norte.

(RE 561836, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-027 DIVULG 07-02-2014 PUBLIC 10-02-2014)

Também a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça se estabeleceu no mesmo sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE INADMITIU O APELO NOBRE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.**

1. A jurisprudência do STJ entende ser necessária a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória da subida do apelo especial para que seja conhecido o respectivo agravo. Logo, a Súmula 182/STJ foi corretamente aplicada ao caso. 2. "Está pacificado no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, embora impossível compensar perdas salariais resultantes da conversão da moeda em URV com reajustes determinados por lei superveniente, cabe limitação temporal do pagamento quando há recomposição nos vencimentos decorrente de reestruturação na carreira dos servidores" (REsp 1.703.978/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda

# *Superior Tribunal de Justiça*

Turma, julgado em 7/12/2017, DJe 19/12/2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1205947/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial de Alexandre Feitosa de Oliveira e outros para reconhecer o direito dos Recorrentes à conversão de seus vencimentos em URV, devendo eventuais prejuízos serem apurados somente em fase de liquidação de sentença, e, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a e c*, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial da Fazenda do Estado de São Paulo, para ressaltar que eventual reestruturação, acaso ocorrida, deverá ser considerada no momento da liquidação, nos termos supra.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator